



PREFEITURA DE Guararema

Ofício GAB nº 113/2024

Guararema, 11 de junho de 2024.

Aos Vereadores
Marcos Wezassek de Britto
Irineu Claudio Leite
Câmara Municipal de Guararema

Assunto: Indicação nº 112/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAREMA	
Nº Processo: 0000000176	Data de Entrada: 14/06/2024 15:47:52
Nome do Interessado: PREFEITURA DE GUARAREMA	
Tipo de Assunto: 52 - Ofício	
Complemento Assunto: OFÍCIO GAB Nº 113/2024 INDICAÇÃO Nº 112/2024	

Senhores Vereadores,

Em resposta à Indicação nº 112/2024, que solicita providências no sentido de ser implantado no Município o "Aedes do Bem", solução inovadora e sustentável para controlar o mosquito da dengue, segue ofício DVSCCZ nº 10/2024, anexo.

Sendo só para o momento, reiteramos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


EDUARDO MAIA DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GABINETE





PREFEITURA DE
Guararema

Ofício DVSCCZ nº 010/2024

Guararema, 04 junho de 2024.

Ao Prefeito Municipal
José Luiz Eroles Freire
Guararema - SP

Assunto: Implantação do "Aedes do Bem"

Exmo. Senhor Prefeito,

A Secretaria Municipal de Saúde, através da Diretoria de Vigilância em Saúde, vem informar que nos últimos anos, equipes multidisciplinares do meio técnico-científico têm empenhado esforços no estudo de tecnologias complementares que visam maior efetividade no controle do *Aedes aegypti*, tais como a utilização de Ovitrapas, o método Wolbachia, TIE (conhecida como "Aedes do bem"), entre outros.

Contudo, todas as técnicas exigem análise preliminar para cálculos de viabilidade, eficácia e, sobretudo, implicações futuras.

A tecnologia que se utiliza de insetos estéreis (TIE) por manipulação genética (transgênicos), conhecida como "Aedes do Bem" ainda apresenta, no meio científico, algumas inconsistências por serem esclarecidas, de forma que ainda não se tornou um método oficialmente indicado pelo Ministério da Saúde.



Problemas como a hibridização da população de *Aedes aegypti* selvagem, gerando indivíduos mais resistentes (a inseticidas e a condições ambientais diversas) e mais eficientes (quanto à competência e capacidade vetoriais); a falta de estudos quanto aos riscos futuros à saúde da população e impactos ambientais; a falta de consideração quanto ao reflexo do impulsionamento do *Aedes albopictus* como novo vetor;

Todos esses são fatores ainda em estudo pela comunidade científica, e que fazem com que a tecnologia de usar o "Aedes do Bem" ainda não figure como método de escolha prioritário.

A Vigilância em Saúde atua em consonância com as diretrizes do Ministério da Saúde, sob coordenação estadual do CCD-SP (Coordenadoria de Controle de Doenças) e supervisão do Grupo de Vigilância Epidemiológica do Estado (GVE-8), cujas estratégias de controle das arboviroses estão em permanentes discussões conjuntas e articuladas, sempre pautadas em critérios técnicos e científicos com vistas à preservação da saúde pública considerando, sobretudo, os resultados e a possibilidade de desdobramentos futuros.

Todavia, estudos científicos de:

QUEIROZ, Jéssica Dalliane Gomes. Controle da dengue através da estratégia de liberação de *Aedes Aegypti* geneticamente modificados: avaliação de impacto a partir do método de controle sintético. 2019. 82f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

FURLANI, Verônica Silva et al. INTERVENÇÃO COM VETORES GENETICAMENTE MODIFICADOS: IMPACTO NA DISSEMINAÇÃO DE DENGUE EM UM MUNICÍPIO PAULISTA. *The Brazilian Journal of Infectious Diseases*, v. 27, p. 103464, 2023.

GANDIN FILHO, Rodolfo. Flutuação da dengue em uma cidade de médio porte, com solturas de mosquitos geneticamente modificados: um estudo longitudinal. 2019. Tese de Doutorado. [sn].



TURCO, Cláudia Santos; PAIVA, Eduardo Nazareth. Normas e atribuições institucionais para avaliação de mosquitos modificados para o controle de arbovírus no Brasil. *Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia*, v. 9, n. 3, p. 49-57, 2021.

buscaram avaliar o impacto da estratégia com o "Aedes do Bem" na incidência de dengue nos primeiros municípios que receberam o tratamento no Brasil - Juazeiro/BA, Jacobina/BA, Piracicaba/SP. Os resultados, porém, não foram conclusivos e não conseguiram demonstrar correlação estatisticamente significativa entre a técnica e a diminuição de casos de Dengue. Demonstrou-se ainda a necessidade de preenchimento de lacunas nos estudos de impacto e períodos mais prolongados de avaliação, além de apontar deficiência nos termos de enquadramento, de definição de competências institucionais e de rito para o processo regulatório, dado que estamos lidando com novos produtos, sob certa invisibilidade de riscos, a serem utilizados em larga escala, muitas vezes de forma irreversível e que, sem um caminho normativo definido ou adequado, podem trazer resultados desastrosos no futuro.

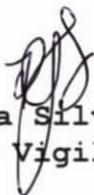
A implementação da citada medida também foi realizada nos municípios de Congonhas/MG, Juiz de Fora/MG e Indaiatuba/SP, porém, possuem tempo insuficiente de adesão ao programa para obtenção de dados estatisticamente significantes e carecem de maior período e densidade de estudos para avaliação de impacto, viabilidade e eficácia.

Diante disso, permanecemos realizando os trabalhos de combate as arboviroses: visitas às imóveis, bloqueios de criadouros, panfletagens, comunicação nas mídias, nebulizações, treinamentos de protocolos clínicos, bem como incentivo a vacinação, conforme as normas vigentes, entre outros e permanecemos no aguardo de novas diretrizes do Ministério da Saúde para implementação de soluções inovadoras.



Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,



Roseli da Silva Gonçalves
Diretora de Vigilância em Saúde



Adriana Martins de Paula
Secretária Municipal de Saúde

